



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº DE 2016 (do Sr. Padre João)

Requer a realização de diligências a municípios da região de Quedas do Iguaçu (PR), para tratar das violações de direitos humanos decorrente dos conflitos no campo.

Requer, nos termos do artigo 32, inciso VIII, alínea a, da RICD, a realização de diligências a municípios da região de Quedas do Iguaçu (PR), para tratar das violações de direitos humanos decorrente dos conflitos no campo.

JUSTIFICATIVA

No último dia 07 de abril dois trabalhadores sem-terra foram assassinados em Quedas do Iguaçu-PR. Outros dezenas resultaram feridos. Ao que indicam os depoimentos dos trabalhadores e as circunstâncias, camponeses do acampamento Dom Tomás Balduíno teriam sido atacados por Policiais Militares, dentro de uma área já declarada como de propriedade da União.

No dia do conflito, a Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, na pessoa do Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), solicitou providências ao Governador do Estado e ao Ministro da Justiça. O primeiro não apresentou qualquer resposta. O segundo determinou atuação da Polícia Federal na investigação dos crimes de direitos humanos. Além disso, o Deputado Paulo Pimenta solicitou providências investigativas ao Ministério Público do Estadual.

O estado tem quadro persistente de violência no campo. Outros assassinatos ocorreram com a participação provável de empresas de segurança privada, com a conivência do aparato policial, tanto que em 2009 o Estado brasileiro foi condenado na Corte Interamericana e Direitos Humanos por assassinato de trabalhador rural no Paraná. E os conflitos continuam.

A região centro-sul do Paraná, da bacia do Rio Iguaçu, possui possivelmente o maior complexo de assentamentos de reforma agrária do Brasil.



Na região inserem-se as áreas então de propriedade da Giacometi Marondim/Araupel Celulose, nos municípios de Rio Bonito do Iguaçu, Espigão Alto do Iguaçu e Quedas do Iguaçu, que deram lugar aos assentamentos Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire e Celso Furtado. O acampamento Dom Tomás Balduíno, com cerca de mil e duzentas famílias, deu lugar a um assentamento após ao assassinatos. Há ainda o acampamento Leonir Orbach – cujo nome que homenageia um dos assassinatos no dia 07 de abril – em área cujo título de propriedade da Araupel também foi anulado pela justiça. A região abriga também o acampamento Segunda Conquista, também em terras já declaradas como públicas.

O conflito agrário na região envolve um clima forte de hostilidade. Policiais e proprietários atuam ameaçando trabalhadores rurais e instigando a violência contra eles. Há suspeita de forte parcialidade da polícia e dos agentes inclusive da cúpula do Estado. Não por acaso o desfecho dos conflitos foi o assassinato de duas pessoas. Há relatos ainda de negativa de serviços públicos a famílias acampadas.

Sendo assim, diligências ao estado mostram-se necessárias, a fim de mediar os conflitos, buscando-se soluções que favoreçam os direitos humanos. Por essa razão, peço apoio dos nobres pares para aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 2016.

**Deputado PADRE JOÃO
PT-MG**